

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM ANGOLA E NA ÁFRICA DO SUL: O ENSINO PROFISSIONAL PARA ALÉM DO TÉCNICO

VOCATIONAL EDUCATION POLICIES IN ANGOLA AND SOUTH AFRICA: VOCATIONAL EDUCATION BEYOND TECHNICAL SKILLS

EDUARDO SALA¹
eduardosala200@gmail.com

Resumo: Por meio de uma abordagem qualitativa, método de análise documental crítica, esse artigo analisa as políticas de formação técnico-profissional em Angola e na África do Sul a partir de uma perspectiva dialógica intra-África. Mais do que comparação por comparação, se trata de uma proposta de intervenção técnica e política que pressupõe a apropriação e adoção dos procedimentos mais estratégicos da política de formação profissional da África do Sul em Angola. Os resultados indicam que, ao contrário das autoridades angolanas, imersas na lógica neoliberal, que tendem a olhar para a educação técnico-profissional como um meio de formação de mãos de obras baratas e imediatas com vista a atender aos interesses do mercado e, portanto, aos anseios da oligarquia empresarial vigente – a África do Sul enxerga a educação técnico-profissional a partir de uma perspectiva inclusiva, reconhece as diferenças ao desenvolver programas destinados aos estudantes que apresentam vulnerabilidades socioeconômicas, psicológicas e de inserção social. São medidas passíveis de apropriação pelo subsetor da educação técnico-profissional em Angola, mas que, no entanto, devem ser precedidas por reformas estruturais e institucionais profundas, como a democratização das instituições, acompanhada da desconcentração e descentralização político-administrativa – bem como da ruptura com a lógica neoliberal que, guiado pela dinâmica de hierarquia de classes, precariza a educação técnico-profissional porque a considera um subsetor de formação destinado a descendência da classe trabalhadora, visando a manutenção do *status quo*.

¹ Doutorando em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-7557-5915>. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6385378510960849>.

Palavras-chave: Educação técnico-profissional. Angola. África do Sul.

Abstract: Through a qualitative approach and a critical document analysis method, this article analyzes vocational training policies in Angola and South Africa from an intra-African dialogical perspective. More than a comparison for comparison's sake, it is a proposal for technical and political intervention that presupposes the appropriation and adoption of the most strategic procedures of South Africa's vocational training policy in Angola. The results indicate that, unlike the Angolan authorities, immersed in neoliberal logic, who tend to view vocational education as a means of training cheap and immediate labor to meet the interests of the market and, therefore, the desires of the prevailing business oligarchy – South Africa views vocational education from an inclusive perspective, recognizing differences by developing programs aimed at students who present socioeconomic, psychological, and social integration vulnerabilities. These are measures that can be adopted by the technical and vocational education subsector in Angola, but which, however, must be preceded by profound structural and institutional reforms, such as the democratization of institutions, accompanied by political and administrative deconcentration and decentralization – as well as a break with the neoliberal logic that, guided by the dynamics of class hierarchy, undermines technical and vocational education because it considers it a training subsector intended for the descendants of the working class, aiming at maintaining the status quo.

Keywords: Technical and vocational education. Angola. South Africa.

1 INTRODUÇÃO

Angola é um país de 1.246.700 Km² localizado na costa Centro-Sudoeste do continente africano. Ocupado pelo colonialismo fascista português até 1975, o país tem o português como língua oficial, porém, possui várias línguas étnicas locais com o status de línguas nacionais (Angola,

2013). Quanto a forma de governo e de Estado, Angola é uma República presidencialista multipartidária e unitária. O país é governado pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) desde a sua independência.

África do Sul é um país com 1.221.027 Km² localizado na costa meridional do continente africano. Além do inglês, o país possui o Zulu e várias outras línguas étnicas como línguas oficiais, totalizando doze línguas oficiais ao todo (Knight e Rogerson, 2019). Quanto a forma de governo e de Estado, a África do Sul é um Estado Unitário, República Parlamentarista de partido dominante, porém – de viés democrático e descentralizado – governado pelo Congresso Nacional Africano (ANC) desde 1994, com a queda do regime fascista de segregação racial – o *apartheid*. Este texto possui uma abordagem de afronta e combate às lógicas neoliberais no setor da Educação e, portanto, demarca-se dos discursos que reduzem a formação acadêmica e, sobretudo, a formação técnico-profissional a um instrumento do com vista a satisfação das demandas e dos interesses do mercado.

Partimos do princípio de que a Educação, a formação acadêmica e técnico-profissional possui uma finalidade multifacetada em que, se traduz num instrumento e meio de empoderamento dos cidadãos e das famílias quando

simultaneamente – passa a ser um recurso que, de forma objetiva ou subjetiva – incentiva todos os técnicos e especialistas a contribuírem para o desenvolvimento das sociedades em que se encontram inseridos. Essa é uma visão geopolítica que vê a Educação como a base para a afirmação geoestratégica das comunidades, dos países e da África como polo civilizacional de civilizações no panorama geopolítico mundial. Um olhar para a Educação, diga-se, a partir de uma abordagem nacionalista e africanista.

1. 2 Objetivos

Este texto possui um viés afrocentrado e, por isso mesmo, consideramos a data de independência da África do Sul, de fato, a partir de 1994 – quando os africanos nativos (re) assumiram as rédeas do país e, portanto, de seus próprios destinos. O tema deste texto faz parte de uma série de diálogos que venho fazendo entre os diversos subsetores dos sistemas de Educação de Angola e da África do Sul, tomando o modelo sul-africano como protótipo, num esforço para potencializar e aprofundar o diálogo entre os países do continente no setor da Educação, retomando e materializando os pontos reivindicados – sobretudo nas áreas da Educação, Ciências, Tecnologias e Inovação pelo movimento pan-africanista renovado.

2 METODOLOGIA

A abordagem utilizada nesta pesquisa é do tipo qualitativa, método de pesquisa documental crítica. Para a pesquisa documental, no caso sul-africano, analisamos as *Diretrizes nacionais de apoio acadêmico para instituições de ensino técnico e profissionalizante*, um documento que rege a política de formação técnica e profissional na África do Sul, elaborado pelo *Departamento de Ensino Superior e Formação*, publicado em 2021 (África do Sul, 2021).

Por outro lado, no contexto angolano, analisamos a *Lei de Bases do sistema de Educação e ensino* (Angola, 2001) e a lei complementar – atualização de 2016 (Angola, 2016), bem como o *Decreto executivo n.º 133/06, de 10 de novembro* (Angola, 2009), que regula o funcionamento interno da Direção Nacional para o Ensino Técnico-Profissional. Analisamos igualmente os programas do Plano Nacional da Juventude 2025-2027 no que diz respeito ao subsetor da Formação Técnico-Profissional.

3 DISCUSSÃO E RESULTADOS

3.1 O modelo sul-africano como protótipo para Angola: educação profissional na perspectiva inclusiva

Na África do Sul, a formação profissional fica a cargo do Departamento de Ensino Superior e Formação. Que, segundo as Diretrizes Nacionais de Apoio Acadêmico

para Educação e Formação Técnica e Profissional, “procura orientar a criação de um ambiente de ensino e aprendizagem propício e que responda às necessidades individuais dos alunos em todas as 50 Faculdades de Educação e Formação Técnica e Profissional (EFTP)” (África do Sul, 2021, p. 5).

As diretrizes indicam que, a partir do período Pós-Educação Básica, as Instituições de Ensino Técnico e Profissional (IVET) devem atender alunos de todas as idades que buscam educação e formação (África do Sul, 2021). Segundo o documento, as Diretrizes Nacionais de Apoio Acadêmico para Educação Técnica e Profissional e Institutos de Formação têm como objetivo:

a) Orientar às Instituições de Ensino Técnico e Profissional (IVET) sobre desafios diversos, dentre eles a falta de preparo dos novos alunos que se matriculam nas Instituições de Formação Técnico-profissional; b) Orientar às Instituições de Ensino Técnico e Profissional sobre o quão fundamental é o perfilamento dos alunos, uma vez que os serviços de apoio ao estudante precisam gerar dados que direcionem a orientação acadêmica para as situações realmente necessárias (onde os alunos apresentam déficit) (África do Sul, 2021). Ainda, segundo o documento, também configuram objetivos das diretrizes:

c) Orientar às Instituições de Ensino Técnico-Profissional no desenvolvimento dos seus próprios programas de intervenções acadêmicas focadas nos alunos de baixo desempenho, além daqueles com altas habilidades e super dotação e; d) “Permitir que as Instituições de Ensino Técnico e Profissional passem de intervenções de apoio acadêmico descontextualizadas e generalizadas para intervenções direcionadas e baseadas em dados, para aprimorar o engajamento, a retenção e o sucesso dos alunos” (África do Sul, 2021, p. 7).

Já em Angola, a Educação Técnico-Profissional é um dos subsistemas do sistema unificado de educação nacional, previsto na Lei de Bases do Sistema de Educação que, segundo a mesma, “o subsistema de ensino técnico-profissional é a base da preparação técnica e profissional dos jovens e trabalhadores começando, para o efeito, após o ensino primário” (Angola, 2001, p. 9). Segundo o documento, o objetivo do subsistema de educação técnico-profissional consiste na formação de jovens em idade escolar, candidatos a emprego, bem como de trabalhadores já em exercício – com vista a prepara-los para uma profissão especializada, como resposta às necessidades do país e sua evolução tecnológica (Angola, 2001).

Apesar de existir institutos superiores politécnicos no país que funcionam sob a tutela do Ministério do Ensino Superior,

Ciências, Tecnologia e Inovação (MESCTI), o Ensino Técnico-Profissional é feito maioritariamente no ensino médio e funciona sob a tutela do Ministério da Educação (MED), por meio da Direção Nacional Para o Ensino Técnico Profissional (Angola, 2009). Em Angola, o subsistema de ensino técnico-profissional subdivide-se entre a formação profissional básica e a formação média técnica. A formação profissional básica começa a partir do ensino fundamental dois (a partir da 6^a), compreendendo o ensino geral e técnico:

A formação profissional básica é o processo através do qual os jovens e adultos adquirem e desenvolvem conhecimentos gerais e técnicos, atitudes e práticas relacionadas directamente com o exercício duma profissão. 2. A formação profissional básica visa a melhor integração do indivíduo na vida activa, podendo contemplar vários níveis e desenvolver-se por diferentes modalidades e eventualmente complementar a formação escolar no quadro da educação permanente. 3. A formação profissional básica realiza-se após a 6^a classe nos centros de formação profissional públicos e privados. 4. A formação profissional básica rege-se por diploma próprio (Angola, 2001, p. 10).

A formação média técnica realiza-se a partir do ensino médio, abrangendo estudantes que compreendem as faixas etárias

classificadas como adolescentes e adultos, visando a inserção destes no mercado de trabalho e, de forma alternativa, a continuidade dos estudos no ensino superior. Segundo documento oficial, a formação média-técnica realiza-se após a 9ª classe com a duração de “quatro anos em escolas técnicas. Pode-se organizar formas intermédias de formação técnico-profissional após a 12ª classe do ensino geral com a duração de um a dois anos de acordo com a especialidade” (Angola, 2001, p. 10).

Conforme a Lei de Bases:

O subsistema de ensino secundário Técnico-Profissional é o fundamento do sistema de educação e ensino que assegura uma preparação técnica e profissional dos indivíduos, necessária para a conclusão de cada um dos seus ciclos, para a sua inserção no mercado de trabalho, sem prejuízo da possibilidade da continuação dos estudos no subsistema de ensino superior (Angola, 2016, p. 3998).

Uma das coisas sobre a qual os responsáveis pela educação técnico-profissional em Angola deveriam se atentar é que, na África do Sul, por exemplo, as Diretrizes Nacionais de Apoio Acadêmico para Faculdades de Educação e Formação Técnica e Profissional são rigorosas em observar e salientar que, os Serviços de Apoio Acadêmico ao Estudante auxiliem no desempenho e melhorem a taxa de conclusão. É um documento de *forte pendor social*.

Segundo documento, é expressamente imprescindível que as instituições se atentem para o fato de que os estudantes vêm de diferentes contextos de ensino-aprendizagem e que, por isso mesmo, “têm diferentes barreiras e lacunas de aprendizagem. Isso está em consonância com a ideia de que a educação tem como objetivo melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e garantir maior participação nas esferas sociais e econômicas da sociedade” (África do Sul, 2021, p. 8).

A orientação profissional e a seleção de cursos devem estar vinculadas às perspectivas de emprego. O estágio deve envolver a seleção de alunos com base na avaliação de interesses de carreira, capacidade cognitiva e testes de admissão alternativos. As habilidades iniciais dos alunos, conhecimentos e proficiência linguística devem ser utilizados para aprimorar o currículo (África do Sul, 2021, p. 8).

Ao contrário das instituições angolanas, que têm dificuldade em reconhecer as diferenças de proveniências socioeconômicas dos estudantes, os colocando todos no mesmo pedestal, sob o pretexto da priorização da chamada “meritocracia” tão propalada e difundida entre todos os setores da sociedade – a política de educação profissional da África do Sul, um país de longe menos desigual do que Angola – reconhece a situação socioeconômica como um divisor de águas e

causa em potencial de uma estrutura educacional excludente. Por isso mesmo, o governo sul-africano vem tomando medidas práticas e efetivas a respeito.

Por exemplo, em 2017, o governo da África do Sul criou um projeto específico destinado a estudantes de baixa renda e provenientes de famílias de baixo indicador socioeconômico, denominado de *Educação Gratuita para Estudantes Pobres e da Classe Trabalhadora*. Imediatamente o projeto deu frutos, já que, “a verba do Programa Nacional de Auxílio Financeiro Estudantil (NSFAS) destinada a estudantes de instituições TVET aumentou de R\$ 2,437 bilhões em 2017 para R\$ 5,164 bilhões em 2018, o que representa um aumento de 112% na verba” (África do Sul, 2021, p. 5).

Uma das estratégias mais interessantes da política de formação profissional da África do Sul é que, ela reconhece a dinâmica dos contextos, das diferenças entre os estudantes e determina a criação de serviços específicos de apoio aos estudantes que os ajudam a escolher cursos mais alinhados as suas capacidades cognitivas. Tal como dizem as diretrizes, “o apoio acadêmico oferecido aos estudantes é de suma importância para garantir tanto o sucesso do estudante quanto, por sua vez, a confiança para que ele continue em uma trajetória de sucesso” (África do Sul, 2021, p. 5).

As
ferramentas/instrumentos

de seleção e nivelamento devem ser bem desenvolvidos e devidamente pesquisados. O aplicador do teste deve ser devidamente treinado/credenciado. A ferramenta/instrumento deve ser capaz de mensurar e prever as lacunas de aprendizagem do aluno. Após a coleta das informações, é necessário criar um perfil do aluno que indique estratégias/intervenções adicionais de apoio acadêmico, e este perfil deve ser comunicado aos pais ou responsáveis quando necessário (África do Sul, 2021, p. 8).

Ao contrário do modelo angolano, que se baseia numa nefasta lógica neoliberal que objetifica e instrumentaliza os filhos da classe trabalhadora, a política de formação técnico-profissional da África do Sul é um modelo inovador que combina a formação para o trabalho com uma estratégia de educação inclusiva que reconhece as vulnerabilidades socioeconômicas e, portanto, as dificuldades dos estudantes provenientes de famílias menos abastadas, ou sendo mais explícito – *famílias pobres*.

Em Angola, a implementação de uma política de formação técnico-profissional que se preze e se quer social e inclusiva parece uma possibilidade distante, pelo menos sob a forma e o modelo atual de governação. Essa é uma problematização incontornável quando a questão é a implementação de uma política educacional eficiente. Acontece que, devido à forte centralização político-administrativa do

país, os burocratas político-partidários nomeados intervêm de forma exagerada nos trabalhos das equipes técnicas que mantêm funcionais os departamentos ministeriais independentemente da mudança dos titulares da pasta. Isso faz com que se torne muito difícil separar, e/ou sequer distinguir os serviços técnicos dos políticos, porque a gestão é fortemente vertical.

A confusão começa na própria estrutura responsável pela modalidade do Ensino Técnico-Profissional. Segundo o regulamento interno da Direção Nacional para o Ensino Técnico Profissional, previsto no artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 7/03, de 17 de junho, “a Direção Nacional para o Ensino Técnico Profissional é o serviço do Ministério da Educação encarregue de formular, aplicar e controlar a política educativa superiormente definida no domínio do ensino técnico profissional” (Angola, 2009, p. 2). Dentre as várias competências da Direção Nacional para o Ensino Técnico Profissional, destacam-se as seguintes:

- a) Criar condições necessárias para o funcionamento do ensino técnico profissional;
- b) velar pelas condições educacionais definidas pelo Ministério da Educação a serem aplicadas nas instituições do ensino

técnico-profissional; c) colaborar com o Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE) na elaboração de programas sobre criação, modificação ou encerramento de cursos e/ou especialidades de cursos médios e abertura de novas instituições em função das realidades e necessidades do País; d) controlar rigorosamente a aplicação do calendário escolar; e) organizar a avaliação dos conhecimentos dos alunos dos institutos técnicos profissionais em colaboração com o Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE) (Angola, 2009, p. 2).

A Direção Nacional para o Ensino Técnico Profissional estrutura-se em: a) Encontro Nacional; b) Conselho de Direção; c) Departamento de Orientação e Controlo; d) Departamento de Estudo e Desenvolvimento; e) Secretaria (Angola, 2009, p. 5). A Direção Nacional para o Ensino Técnico Profissional é dirigida por um diretor nacional. Ao diretor, compete coordenar as

atividades das estruturas organizacionais da direção; transmitir as orientações superiores e supervisionar a sua execução; bem como:

d) participar na elaboração do plano de actividades do Ministério da Educação e controlar a sua execução; e) assegurar a aplicação prática da política aprovada sobre a formação e colaboração de quadros e acompanhar o desenvolvimento da capacidade técnica e cultural dos trabalhadores afectos à Direcção; f) propor e emitir parecer sobre a nomeação dos responsáveis necessários ao funcionamento da Direcção, assim como as instituições de ensino sob sua responsabilidade; g) exercer o poder disciplinar de acordo com a legislação em vigor; h) elaborar e propor normas e instruções metodológicas relacionadas com a sua actividade; i) estabelecer e desenvolver, no exercício das suas funções, uma estreita colaboração com as demais estruturas do Ministério da Educação; j) orientar o trabalho docente educativo das instituições de ensino sob a sua responsabilidade; k) supervisionar as instituições de ensino sob a sua responsabilidade em colaboração com a Inspeção Escolar Nacional; l) propor aos órgãos superiores a criação de novas instituições de ensino e a extinção de outras que não se justifiquem; m) propor as modificações orgânicas necessárias ao bom funcionamento da Direcção; n) submeter à apreciação do Vice-Ministro os assuntos que dependem da sua

resolução; o) elaborar e apresentar periodicamente o relatório da sua actividade, de acordo com as orientações superiores; p) desempenhar as demais funções que lhe forem superiormente atribuídas (Angola, 2009, p. 3-4).

No país, o termo “orientação superior” não carrega um significado positivo e não é bem visto entre a população. Literalmente, se traduz no forte aparelhamento político-partidário das instituições públicas que, direta ou indiretamente, sofrem interferências constantes por parte do poder político e funcionam sob as ordens advindas diretamente do Presidente da República. Essas ordens são imediatamente executadas pelos seus burocratas político-partidários nomeados, geralmente sem formação e conhecimentos na área que, de forma autoritária e anti-democrática, as impõem aos técnicos, especialistas e analistas educacionais de carreira (concursados) do Ministério da Educação. A citação anterior, uma evidência própria de um documento oficial do governo, aponta para os poderes exagerados de que usufrui um burocrata político-partidário nomeado, como a figura do Diretor Nacional para a educação técnico profissional, que geralmente é um militante do partido na situação ao invés de técnico, especialista e/ou profissional da área.

Ao invés de concentrar atribuições a um burocrata nacional todo poderoso

encarregado de assegurar os interesses do partido no setor ou subsetor, no modelo descentralizado da África do Sul, as diretrizes apontam diversos fenômenos de ordem sociológica e psicológicas que acometem muitos estudantes e, que constituem desafios a serem enfrentados pelas instituições de ensino técnico-profissional e na sequência, determinam intervenções a serem feitas para resolvê-las. Dentre os problemas, destacam-se a baixa moral, problema na estratégia de estudos e qualidade de vida deficientes, além dos problemas socioeconômicos advindas da pobreza e sua relação com a criminalidade e o abuso de substâncias químicas diversas.

O documento deixa evidente que, os alunos vêm de diferentes formações educacionais, como a Educação de Jovens e Adultos (EJA), a Educação básica normal, além dos “alunos que não atenderam aos requisitos de ingresso para cursar seus estudos em universidades. As instituições têm a responsabilidade de apoiar esses alunos na medida em que eles sejam capazes de lidar com as demandas cognitivas de seus estudos” (África do Sul, 2021, p. 6).

Um aluno com dificuldades acadêmicas requer intervenção temporária ou contínua para ter sucesso acadêmico. Se um aluno não recebe apoio, há uma alta probabilidade de ele reprovar ou abandonar os estudos. Há diversos fatores que contribuem para as dificuldades acadêmicas dos alunos,

incluindo, entre outros, baixo nível socioeconômico, problemas de saúde, deficiências físicas, dificuldades de aprendizagem, absenteísmo escolar habitual, encarceramento, crises familiares e situação de desemprego (África do Sul, 2021, p. 8-9).

Conforme evidenciam a citação e o parágrafo supracitados, pontos dos quais o Ministério da Educação de Angola (MED) deveria se atentar com seriedade, além de inclusiva, a política de educação técnico-profissional sul-africana é por essência um modelo de *educação humanitária*. Mais do que questões financeiras, das quais o governo sul-africano procura mitigar ao desenvolver um programa de atribuição de auxílios financeiros e bolsas de estudos direcionados aos estudantes provenientes de famílias de baixa renda – a política de educação técnico-profissional da África do Sul reconhece que, um estudante pode, e alguns enfrentam problemas com origens e causas diversas, o que afeta seu estado mental, capacidade de inserção social e conseqüentemente – o seu aproveitamento e rendimento nos estudos.

Mais do que detectar tais problemas, as diretrizes indicam e orientam as ações de reabilitação social e inclusão a serem tomadas pelas instituições de ensino, cada qual com o seu próprio modelo a ser aplicado dentro da jurisdição e das prerrogativas de autonomia de que afeere. Conforme diz o governo da África do Sul (2021, p. 7) “estas Diretrizes

Nacionais de Apoio Acadêmico para Educação e Formação Técnica e Profissional devem ser usadas pelas instituições de ensino técnico e profissional como um guia no desenvolvimento de suas próprias políticas e programas de apoio acadêmico”.

3. 2 Relação professor/aluno

O governo sul-africano criou um programa destinado a apoiar os alunos que não são aptos aos requisitos de admissão nos diferentes cursos técnico-profissionais, denominado como Programa de Aprendizagem Pré-Vocacional (PLP). De acordo com o governo, esse programa tem como foco aprimorar os níveis básico destes alunos em disciplinas de maior déficit como o Inglês, bem como aprimorar suas competências nas áreas de “matemática e alfabetização científica, dependendo da área de estudo escolhida. Esses alunos devem ser acompanhados de perto e apoiados para atingir o nível de desempenho exigido no programa até a sua conclusão” (África do Sul, 2021, p. 9).

As diretrizes incentivam às instituições de ensino técnico e profissional (TVET Colleges) a evitarem abordagens padronizadas, ao invés disso, incentivam-as a desenvolverem e utilizarem modelos de intervenção individualizadas baseados em pesquisas acadêmico-científicas como uma resposta a dinâmica contextual (África do Sul, 2021).

Nesta política, o papel do professor não é ignorado, muito pelo contrário. O documento prevê que, aos professores, cabe desempenhar o mais importante dos papéis que se traduzam no ensino de qualidade e da criação de um ambiente de aprendizagem inclusivo na sala de aula. Segundo as diretrizes:

Devem concentrar-se em proporcionar um ambiente de aprendizagem acadêmica de apoio, garantir que os alunos frequentem as aulas regularmente, utilizar diferentes métodos de ensino que incentivem o envolvimento ativo na sala de aula e utilizar diferentes técnicas de avaliação em sala de aula. O objetivo e as responsabilidades dos docentes e/ou professores de apoio são avaliar, diagnosticar e monitorizar o desempenho dos alunos durante o apoio ao longo do curso. Os docentes devem trabalhar em conjunto com os Serviços de Apoio ao Estudante na realização de programas de apoio acadêmico e garantir que o aluno receba apoio integral (África do Sul, 2021, p. 12).

A integração acadêmica é levada a sério. Ela abrange questões que vão desde políticas curriculares entre outras, como a política de frequência, código de ética, frequência, formas de avaliação, disciplinas e exames que devem ser explicados de forma detalhada aos alunos – são medidas coordenadas pelos Chefes de departamento.

O professor, que geralmente é especialista na disciplina que leciona, conduz a integração explicando de forma minuciosa a dinâmica da componente, evidenciando a ementa. Para o professor, “esse processo auxilia na compreensão dos desafios psicossociais e socioeconômicos que podem dificultar o sucesso dos alunos, na construção de um bom relacionamento e no compartilhamento de informações sobre os programas de apoio acadêmico disponíveis” (África do Sul, 2021, p. 13).

O apoio acadêmico em sala de aula — construir boas relações entre professores e alunos — é fundamental para fortalecer a relação de confiança entre aluno e professor. Essa base permitirá que os professores diagnostiquem dificuldades de aprendizagem e implementem intervenções precoces (África do Sul, 2021, p. 13).

Indubitavelmente, a própria forte centralização política em Angola chega a ser um obstáculo para o desenvolvimento do Subsistema de Educação Técnico-profissional. Enquanto que na África do Sul o governo descentraliza as ações ligadas as políticas de educação profissional atribuindo-as aos profissionais que atuam diretamente na área – tais como professores, gestores e as instituições de ensino, em Angola, o chefe de Estado e do executivo monopoliza para si as estratégias ligadas ao subsistema. Por

exemplo, a Lei de Bases atribui ao titular do poder executivo, isto é – o Presidente da República – a promoção da articulação entre o subsistema de ensino técnico-profissional e o sistema de formação profissional (Angola, 2016).

A propósito, em Angola, existe uma certa diferença entre o Ensino Técnico-Profissional e Subsistema de Educação Profissional. O primeiro, isto é – o Ensino Técnico Profissional é uma formação escolar-acadêmica e, portanto, concede grau acadêmico aos seus concluintes. Por outro lado, a Formação Profissional, geralmente feita em centros de formação técnico-profissional, visa a formação de trabalhadores com vista a atender as demandas do mercado, atribui uma certificação aos concluintes, porém, não se trata de um grau escolar-acadêmico, pelo que não garante a continuidade dos estudos no nível superior (Angola, 2016).

O Plano Nacional da Juventude de Angola 2025 – 2027 prevê que, no setor da Formação de Técnico Profissional – que complementa a Educação Técnico-Profissional, sejam formados cerca de 380.800 jovens com cerca de 4000 deles inseridos em estágios profissionais até o prazo final da vigência do programa. Para acompanhamento do cumprimento das metas dos programas, o documento prevê a criação de bases de dados eletrônicos para registo de formação, além da

criação de brigadas específicas para tais registros (Angola, 2025).

3. 3 Métodos de ensino-aprendizagem

O sistema de educação angolano ainda funciona sob uma engrenagem herdada do ex-colonizador em muitos aspectos. De fato, o processo de ensino-aprendizagem é centralizado na figura de professor que, por vezes, mais apresenta-se como um sargento autoritário supervisionando os recrutas do exército, reduzindo os estudantes a meros espectadores rasos e passivos. Os métodos de ensino-aprendizagem utilizados no sistema de educação angolano (de fato, o que se verifica em sala de aulas) são por essência inadequados e ultrapassados no tempo. Por isso é que, nesta subseção, fizemos questão de dialogar com, e propor os métodos de ensino-aprendizagem aplicados no subsetor de educação técnico-profissional sul-africano como protótipo a ser considerado e, se possível, ser adotado e incorporado no Subsistema de Educação Técnico-Profissional em Angola.

Um dos métodos de ensino-aprendizagem mais emblemático que as diretrizes para a educação técnico-profissional da África do Sul propõem, é o da *tutoria entre pares*. A tutoria entre pares é uma intervenção pedagógica que consiste na assistência individualizada. Durante o processo, existe uma condição de interação entre grupos

constituído por um número menor de estudantes. Este método estimula a sociabilidade, além de dinamizar o tempo dedicado as tarefas, potencializando a autoconfiança e autoaprendizado do aluno e do tutor. Os tipos de tutoria entre pares variam, elas vão desde “a Tutoria entre Pares em Toda a Turma (TPPT); Estratégias de Aprendizagem Assistida por Pares (EAAP); Tutoria entre Pares da Mesma Idade; e Tutoria Recíproca entre Pares (TRP). Esses tipos de programas de tutoria entre pares são definidos como” (África do Sul, 2021, p. 14).

Tutoria entre Pares em Toda a Turma (CWPT): esse modelo de ensino-aprendizagem consiste, por parte do professor, na divisão da turma em pequenos grupos de dois a cinco alunos com diferentes níveis de habilidades, abrangendo a turma toda. A função de tutores, tutorados e/ou vice-versa é feita entre os próprios alunos. Na CWPT, são feitos ensaios diretos e envolve equipes competindo entre si por conquista de pontuações. “Os pares ou grupos de alunos podem mudar semanalmente ou quinzenalmente. Os pares de alunos são formados com base nos níveis de desempenho ou na compatibilidade entre os alunos” (África do Sul, 2021, p. 14).

A experiência prática no trabalho (EPT): Neste método de aprendizagem, os alunos apontam opções de carreira que almejam de forma voluntária e sem pressão. A partir

destas escolhas, demonstram suas habilidades acadêmicas e técnico-profissionais em um ambiente de trabalho real. Um dos principais objetivos dessa estratégia educacional é assegurar que os alunos sejam indivíduos ativos, que não recebam as informações fornecidas pelos professores de forma passiva – inclusive aqueles que constam nos livros didáticos. Segundo este método, “as instituições de ensino não devem se isolar do mundo do trabalho, pois a incorporação das experiências e aprendizados dos alunos fora da instituição pode ser usada para motivá-los e mantê-los engajados em seu aprendizado” (África do Sul, 2021, p. 17).

O uso de exemplos da vida real ou simulações em sala de aula e durante as avaliações pode ser usado como uma forma de motivar alunos desfavorecidos, desmotivados e com baixo desempenho, dando-lhes a oportunidade de vivenciar o sucesso por meio da aprendizagem aplicada em contextos práticos, e a oportunidade de entrar em contato com seus mentores e modelos. A experiência prática também pode promover a maturidade e o crescimento, desenvolver habilidades genéricas como iniciativa e resolução de problemas. Finalmente, pode ser usada como uma forma de melhorar a alfabetização básica e o raciocínio lógico-matemático, ajudando os alunos a compreender a aplicação prática das habilidades básicas em

seu ensino e aprendizagem (África do Sul, 2021, p. 17).

Ao contrário dos métodos autoritários, centralizadores e padronizados comumente adotados em salas de aulas em Angola, o essencial a aprender sobre os métodos sul-africanos é que, levam em conta as diferenças de cada estudante e, portanto, partem do princípio que eles têm maneiras diferentes de aprender. É o aluno quem cria o seu próprio ambiente de estudo, quem elabora os próprios cronogramas de estudos, recorrendo aos “sites de seus professores e editoras, livros didáticos, guias de estudo e provas anteriores como recursos. Esse suporte, recursos e capacitação devem ser fornecidos pela faculdade como parte do apoio acadêmico” (África do Sul, 2021, p. 19).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao contrário das autoridades angolanas, imersas na lógica neoliberal, que tendem a olhar a para a educação técnico-profissional como um meio de formação de mãos de obras baratas e imediatas com vista a atender os interesses do mercado e, portanto, aos anseios da oligarquia empresarial vigente – a África do Sul enxerga a educação técnico-profissional a partir de uma perspectiva inclusiva, reconhece as diferenças ao desenvolver programas destinados aos estudantes que apresentam vulnerabilidades socioeconômicas, psicológicas e de inserção social.

São medidas passíveis de apropriação, que apresentam maiores possibilidades de se mostrarem eficientes caso sejam implementadas pelo subsetor da educação técnico-profissional em Angola. No entanto, sua implementação precisa e deve ser precedida por reformas estruturais e institucionais profundas, como a democratização das instituições, acompanhada da descentralização e desconcentração político-administrativa – bem como da ruptura com a lógica neoliberal que, guiado pela dinâmica de hierarquização de classes, precariza a educação técnico-profissional, pois a considera como um subsetor de formação destinado a classe trabalhadora e sua descendência, visando a manutenção do *status quo* das classes dominantes.

REFERÊNCIAS

ANGOLA. **Anuário de Estatísticas Sociais, Dados de 2011**. Instituto Nacional de Estatística (INE), Luanda, 2013.

ANGOLA. **Decreto executivo n.º 133/06 de 10 de novembro**. Ministério da Educação. Luanda, 2009.

ANGOLA. **Lei de Bases do Sistema de Educação**. Assembleia Nacional, Luanda, 31 de dezembro de 2001.

ANGOLA. **Lei n.º 17/16, de 7 de outubro – Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino**. Diário da República, I Série, n.º 170. Luanda, Angola: Imprensa Nacional, 2016.

ANGOLA. **Plano de Desenvolvimento da Juventude (PDJ 2025-2027)**. Diário da República, Órgão Oficial da República de Angola. Luanda, 2025.

SOUTH AFRICA. **National academic support guidelines for technical and vocational education and training colleges**. Department Higher Education and Training, Pretória, 2021.

KNIGHT, Jasper; ROGERSON, Christian M. **The Geography of South Africa**. Springer International Publishing: Cham, Germany, 2019.